

Por Antonio Penteado Mendonça

No primeiro semestre de 2016, os eventos de origem natural causaram perdas na ordem de 70 bilhões de dólares. Deste total, mais ou menos 20 bilhões de dólares foram pagos pelas seguradoras. O dado delicado é que no período houve um significativo aumento das perdas, em comparação com todo o ano de 2015. Da mesma forma que houve um aumento da participação das seguradoras no total das indenizações pagas.

À primeira vista, se o aumento dos prejuízos é uma notícia ruim, o aumento da participação das seguradoras no pagamento das indenizações deveria ser uma notícia boa. No entanto, não é. O que gerou indenizações de 20 bilhões de dólares foi uma maior ocorrência destes eventos em países onde há forte tradição de compra de seguros pela população. Ou seja, nos países desenvolvidos.

Nos países mais pobres, o quadro em relação à transferência do pagamento das indenizações para as seguradoras continua como no passado, não se verificou qualquer aumento significativo na contratação de seguros contra estes riscos.

Boa parte da Ásia, África e América do Sul permanecem praticamente sem seguros para fazer frente aos danos decorrentes dos eventos de origem natural, especialmente os de origem climática. É um quadro dramático porque estes países não possuem grande capacidade de poupança, o que, no caso de perdas mais elevadas, obriga os governos a suspenderem novos investimentos essenciais para a geração de riquezas para fazer frente aos custos de reconstrução das áreas atingidas.

Este cenário aumenta a diferença do grau de riqueza entre as nações, com os países desenvolvidos mantendo sua capacidade de investir em novos projetos porque parte dos prejuízos sofridos pela população é reposta pelo setor de seguros. Enquanto isso, nos países onde a prática da contratação de seguro é a exceção à regra, a população afetada fica mais pobre, em função das perdas diretas e da incapacidade dos governos assumirem rapidamente os custos com a reconstrução das áreas atingidas e a reposição dos patrimônios perdidos.

O Brasil não foge do desenho. Pelo contrário, parte importante das perdas acontecidas anos atrás, em função das chuvas na região serrana do Rio de Janeiro, não foram repostas até hoje. E a mesma realidade se espalha pelo enorme território nacional. O governo fala que vai fazer, mas fica na conversa, enquanto os cidadãos atingidos ficam com os prejuízos, muitas vezes capazes de destruir as condições mínimas de sobrevivência autônoma de milhares de famílias afetadas.

Em 2015, quase 22% dos municípios brasileiros estavam em situação de emergência ou calamidade pública reconhecida pelo Governo Federal. 1206 cidades tiveram esta condição reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional. A grande maioria (707 cidades), fortemente atingida pela estiagem, 358 atingidas pela seca e 141 atingidas pelas chuvas, ventos fortes e granizo.

Quer dizer, o Brasil, em função de sua área continental, vai, de um extremo a outro, sofrendo severos prejuízos causados pelos mais diversos eventos de origem climática, tanto em regiões urbanas, como em grandes áreas rurais.

Os prejuízos vão de perda de vidas humanas, à perda de bens e de lavouras em uma ampla área do nosso território. Com a agravante de estarmos entre as nações com pouca contratação de seguros, o que faz com que as vítimas arquem com seus prejuízos, até que sejam minimamente ressarcidas pelo governo, o que pode não acontecer ou levar muitos anos, como mostra a demora até hoje para o pagamento e reconstrução de boa parte das perdas sofridas pela região serrana do Rio de Janeiro.

O duro é que este quadro não deve se modificar nos próximos anos. Mesmo com o setor de seguros disponibilizando garantias para parte dos danos de origem climática, tanto nos seguros patrimoniais, como nos seguros rurais, a contratação de seguros no país deve continuar baixa.

É verdade que temos a capacidade de mudar rapidamente, mas, neste caso, isso não deve acontecer, porque contratação de seguro é consequência de educação e desenvolvimento social.

**Fonte:** O Estado de S. Paulo, em 10.10.2016.